

CEPF RELATÓRIO FINAL DO PROJETO PEQUENO

I. DADOS BÁSICOS

Nome da organização: Associação Flora Brasil

Título do projeto: *Increasing the Network of Protected Areas in the Bahian Portion of the Central Corridor of the Atlantic Forest - Phase I*

Parceiros que contribuíram para a implementação do projeto:

Contribuíram ativamente:

MMA (DAP e NAPMA da SBF); IBAMA/ Gerência de Eunápolis e das unidades PARNAs Pau Brasil, Descobrimento e REBIO de Una; Estado da Bahia - SEMARH (Projeto Corredores Ecológicos); municípios de Prado, Porto Seguro, Una, Arataca e Boa Nova, Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC, Preserva, Floresta Viva, IESB, TNC, Driades, Birdlife/Savi, OCT, Idéia.

Datas de início e término do projeto (de acordo com o contrato): 1 maio 2005 – 31 março 2006 – Término efetivo do projeto: Julho 2006

Data de conclusão deste relatório final (mês/ano):

Setembro 2006

II. OBSERVAÇÕES INICIAIS

Forneça qualquer observação que possa ajudar na revisão deste relatório.

O Projeto se insere num esforço institucional intenso para ampliar a rede de unidades de conservação no sul da Bahia. A iniciativa inicial foi do Ministério do Meio Ambiente (MMA) em parceria com o Ibama de Eunápolis, Flora Brasil, Conservação Internacional, IESB, The Nature Conservancy (TNC), Instituto Floresta Viva, e BirdLife International entre outros. Essas instituições formaram uma Equipe Técnico-científica sob a coordenação do MMA para desenvolver as atividades necessárias ao detalhamento das unidades propostas.

A força-tarefa – chamada depois de “Equipe Técnico-científica” - para criação dessas novas Unidades de Conservação - UCs está cumprindo o que reza a Portaria MMA 506 de 12/2002, à qual a Constituição Federal confere força de lei. Na prática, constituiu-se um núcleo duro, com parceiros de confiança, bem como de representantes institucionais imprescindíveis, com níveis de envolvimento diferenciados. Este nível de envolvimento dependeu muito dos interesses e característica específicas de cada instituição e principalmente, mudaram em função de cada área. Na ampliação das UCs, o envolvimento dos gerentes e das equipes dessas UCs foi intenso. Para UCs novas, houve envolvimento do IBAMA mais também e principalmente, de ONGs e prefeituras relacionadas com cada área específica.

O Projeto CEPF colocou seus recursos em sinergia com os demais recursos envolvidos, especialmente: do MMA e do IBAMA, aproveitando-se do caráter mais flexível e rápido no uso de seus recursos para viabilizar e/ou acelerar os levantamentos de campo. Muitas vezes, foi essencial no sentido de enfrentar imprevistos e amenizar dificuldades decorrentes do tramite burocrático necessário no uso de recursos públicos.

III. QUESTÕES DISSERTATIVAS

1. Qual foi o objetivo inicial do projeto?

Apoio da Equipe técnico-científica na seleção de áreas prioritárias para a criação de unidades de conservação nos ecossistemas do Corredor Central; levantamento e reconhecimento das poligonais em campo; elaboração final das propostas para criação das UCs.

2. Os objetivos mudaram durante a implementação do projeto? No caso de resposta afirmativa, por favor, explica por que e como.

Não.

3. Como foi o sucesso do projeto no alcance dos objetivos?

O Projeto atingiu seus objetivos. A seguir uma síntese dos resultados do Projeto:

- No segundo semestre de 2005, o esforço conjunto do MMA, IBAMA, universidade e ONGs para ampliar a rede de UCs no Sul da Bahia, se estruturou formalmente em *Equipe Técnico-Científica* – ETC, sob coordenação do MMA/Diretoria de Áreas Protegidas.
- No final de junho 2005, a ETC estabeleceu seus princípios de ação: informação prévia abrangente e acessível ao público; mobilização e participação ativa dos atores locais; envolvimento do Comitê e Subcomitês da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA) na Bahia (que formam o Comitê Deliberativo do Projeto Corredores Ecológicos / PPG7 no Corredor Central); desenho de UCs minimizando impactos socioeconômicos negativos e procurando propiciar impactos positivos na realidade local, através de desenhos inovadores, tais: UCs públicas junto com RPPNs; uso de categorias de UCs de proteção integral sem desapropriação (Refúgio e Monumento); conjuntos contínuos de UCs de diversas categorias, aproveitando-se de toda a gama de opções disponível no SNUC.
- A partir de julho de 2005, o MMA contratou consultores para estudos socioeconômicos e fundiários do conjunto das áreas pré-selecionadas (16 – ver mapa em anexo). Desistência de última hora de dois deles fez com que o Projeto CEPF contratasse em outubro, a empresa Estrutural para assumir os estudos fundiários de todas as áreas no extremo sul da Bahia. Os estudos foram concluídos em março de 2006.
- Em dezembro de 2005, áreas prioritárias para criação foram escolhidas no âmbito dos três Subcomitês locais da RBMA (Extremo Sul, Sul e Baixo Sul da Bahia). Esta escolha foi feita considerando as informações já disponíveis para formatar e justificar as propostas, assim como a mobilização e os trabalhos já elaborados nas áreas por parceiros, permitindo almejar criação das UCs ainda no decorrer de 2006. O grau de ameaça em curto prazo sobre as áreas foi outro critério.
- Foram selecionadas as seguintes áreas: ampliação dos parques nacionais de Descobrimento e Pau Brasil (incluindo Taípe) e da REBIO de Una, Serra das Lontras, Boa Nova, Rio do Frade, Ponta Grande, Alto Cariri; restingas de Pratigi e as quedas de Pancada Grande no Baixo Sul. A seleção foi referendada pelo Comitê Estadual da RBMA na Bahia (ver mapa em anexo).
- A partir desta definição, um planejamento preciso permitiu viabilizar o reconhecimento em campo dos limites de 6 propostas, entre janeiro e abril de 2006. Em paralelo, organizou-se reuniões de apresentação e discussão das propostas com atores locais (ver cronogramas e fotos em anexo). Propostas: ampliações de Una, Descobrimento e Pau Brasil e novas UCs no rio do Frade, Lontras e Boa Nova. Os trabalhos de campo envolveram MMA, IBAMA, governo estadual (Projeto Corredores Ecológicos), UESC, prefeituras e ONGs locais, além dos consultores contratados.

- No período, os trabalhos da ETC foram também apresentados a representantes dos governos estaduais de Minas Gerais e Bahia (SEMARH & IEF), Conselho Estadual de Meio Ambiente da Bahia (CEPRAM), INCRA, CEPLAC e movimentos sociais (MST, etc.).
- As 6 propostas foram então apresentadas ao MMA e assumidas como propostas oficiais do Governo em 19/04/06. Consultas públicas foram organizadas para 4 delas, nos dias 8, 9 e 10 de junho 2006: as 3 ampliações e a proposta do rio do Frade.
- A partir de então, houve discussões intensas com os setores e interesses envolvidos. Espera-se que sejam decretadas ainda em 2006. Estudos complementares e as consultas públicas de Lontras, Boa Nova, Cariri, Pratigi e Pancada Grande estão em processo de conclusão ainda neste ano.
- Paralelamente, no final de 2005 e início de 2006, o Projeto apoiou o Centro Nacional de Populações Tradicionais (CNPT) do IBAMA e ONGs locais a concluir os estudos fundiários (através da Estrutural), definir limites e organizar as consultas públicas das propostas de RESEX de Canavieiras e Ilha de Cassurubá. A RESEX de Canavieiras foi decretada em 5 de junho de 2006. A RESEX de Cassurubá depende das conclusões de ação judicial para ser decretada, possivelmente ainda em 2006.

Especificamente, o Projeto CEPF financiou as seguintes ações:

- Levantamentos fundiários de todas as propostas do extremo sul da Bahia, incluindo das RESEX de Canavieiras e Cassurubá;
- Apoio operacional dos consultores contratados pelo Projeto e pelo MMA, dos reconhecimentos em campo dos limites de UCs e das consultas públicas de Cassurubá e Canavieiras, através de pagamentos de gastos de campo, pequenos reparos e concertos de carros do Projeto corredores e do IBAMA que deram apoio aos trabalhos etc.
- Apoio operacional (passagens, hospedagem, refeições) e secretariado de reuniões dos Subcomitês e de apresentação e discussão dos trabalhos da ETC nas regiões sul e baixo sul e em Salvador;
- Diárias de indigenista para discutir com FUNAI e índios eventuais sobreposições entre as propostas de ampliação do PARNA Descobrimento e REBIO Una, e propostas de terras indígenas.

4. Sua equipe passou por alguma falha ou contratempo durante a implementação do projeto? Em caso afirmativo, por favor, explique e comente como vocês contornaram essas situações.

O Projeto teve de se adaptar, além dos contratempos e imprevistos esperados em trabalhos de campo desta complexidade, a cronogramas dos demais integrantes da ECT, e especialmente do governo, na construção de estratégias e princípios comuns de ação : se o Projeto iniciou formalmente em maio de 2005, A ETC foi formalizada apenas no final de junho; os consultores contratados apenas no final de julho. Esses começaram seus trabalhos apenas em agosto e setembro.

Da mesma forma, atrasou-se o final do Projeto, porquê entre março e junho foram finalizados o reconhecimento dos limites e preparadas as consultas públicas, o que demandou dedicação intensa e ainda, forte apoio do Projeto CEPF.

Outros imprevistos foram duas desistências sucessivas de consultores selecionados e contratados pelo MMA. Isso obrigou a duas revisões orçamentárias, para que o Projeto possa assumir os estudos fundiários das áreas que esses consultores deixaram de cobrir e ainda, apoiar demanda específica do IBAMA no estágio final da criação de Canavieiras.

5. Descreva as lições aprendidas, positivas ou negativas, a partir do desenvolvimento desse projeto que podem ser úteis para outras organizações interessadas em implementarem projetos similares.

É ainda cedo para tirar todas as lições deste Projeto. No entanto, a principal lição aprendida é certamente o valor extraordinário da participação local no processo de discussão e criação de unidades de conservação. Mesmo conhecendo as naturais resistências inerentes ao choque de interesses particulares e coletivos no processo de criação, especialmente de UCs de proteção integral, o fato de ter envolvido diversos atores na discussão das propostas desde o início, propiciou uma “paternidade compartilhada” das mesmas, ou seja: diversas vozes em diversos locais se levantam para defender e argumentar com conhecimento de causa as várias propostas.

Isso vale, mesmo correndo-se o risco de que a oposição às propostas seja também melhor informada. Aprendemos, observando esforços anteriores do governo no sul do Brasil, que tentativas de se criar UCs com um mínimo de divulgação prévia, não funciona e apenas reforça a resistência dos setores eventualmente afetados.

No entanto, vale também observar com atenção as diversas abrangências dos interesses envolvidos e centrar-se em informações que tenham significância concreta para cada uma: por exemplo, teria sido contraproducente organizar uma reunião inicial de todas as prefeituras envolvidas, para discutir propostas ainda em estágio inicial de estudos. Há sempre de se buscar um equilíbrio entre a maturidade da proposta e a abrangência da divulgação.

Isso requer um planejamento prévio maior e mais detalhado do que fizemos, inclusive porquê os princípios de ação da ETC foram apenas esboçados em junho, construindo-se e amadurecendo no decorrer do processo.

Envolver mais atores significa mais tempo de planejamento e discussão, mas também ganho de tempo na fase final, em que resistências e mobilização política contrárias podem fazer perderem-se meses e até anos de esforços e valioso trabalho técnico.

Outra questão é o papel de estudos e levantamentos técnicos nas discussões. Conseguimos em pouco tempo, elaborar mapeamentos precisos de cobertura vegetal e avaliação quantitativa do efeito-borda de vários desenhos de UC, confirmando ainda alguns dados em campo e desta forma, evitar que debates se transformem em polêmicas com viés ideológico, muitas vezes por causa de falta de informação precisa sobre um ou vários aspectos envolvidos. Projetos teriam sempre de prever recursos para averiguações ou estudos pontuais que se fizer necessários no processo de amadurecimento das propostas.

Do ponto de vista operacional, a cooperação interinstitucional da ETC permitiu o uso sinérgico de recursos de diversas fontes, permitindo almejar resultados maiores que cada projeto individualmente conseguiria.

6. Descreva as ações de continuidade previstas para seu projeto.

O trabalho da ETC ainda está em curso e está previsto de continuar no decorrer do ano que vem. Estudos complementares e as consultas públicas de Lontras, Boa Nova, Cariri, Pratigi e Pancada Grande estão em processo de conclusão ainda neste ano. No início de 2007, áreas mais amplas, como Serra do Baixão, Santo Antônio/Belmonte e Serras de Itamarajú devem ser estudadas e eventualmente, propostas para criação. As áreas envolvem centenas e milhares de atores, e ações de mobilização prévia são necessárias e poderiam iniciar já este ano. Também são previstas para essas áreas, categorias que não necessariamente exigem desapropriação.

No que diz respeito à Flora Brasil e à Conservação Internacional, um Projeto GCF aprovado em Março 2006 até Março 2007, permite a continuidade do apoio operacional aos levantamentos em campo e mobilizações locais da ETC.

Já apoiou as consultas públicas de junho e permitiu contratação de levantamentos censitários da ocupação das áreas de ampliação de Pau Brasil, Descobrimento, Lontras, Boa Nova e Cariri.

Também permite dar continuidade no tratamento da questão indígena, pela mobilização das populações indígenas ocupando o Parque do Descobrimento e o entorno da REBIO de Una, na discussão das ampliações dessas UCs.

Ainda, está financiando pesquisas biológicas nas áreas, planejadas para fornecer informações que contribuam para argumentar e justificar as criações.

7. Forneça qualquer informação adicional que possa ajudar o CEPF a entender seu projeto.

Os parceiros da Flora Brasil na implementação do Projeto CEPF são todas as instituições membro da Equipe Técnico-científica coordenada pelo MMA: entre outros: IBAMA/ Gerência de Eunápolis e das unidades PARNAs Pau Brasil, Descobrimento e REBIO de Una, Governo do Estado da Bahia, através da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH), Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC, Projeto Corredores Ecológicos, CEPLAC, INCRA, as ONGs PRESERVA, Floresta Viva, IESB, GAMBÁ, Conservação Internacional do Brasil – CI, The Nature Conservancy – TNC, Birdlife International, Instituto Driades, Ideia, OCT, CTTM, entre outras, e setor empresarial – FIEB: Associação Baiana de Florestas Plantadas (ABAF), Veracel, Suzano, Aracruz, Odebrecht, Michelin, Terra Vista, etc. Todos deram aval institucional, após convite formal do MMA.

A SEMARH, UESC, Preserva, Floresta Viva, IESB, TNC, Driades, OCT, Idéia, Projeto Corredores Ecológicos participaram ativamente dos trabalhos de campo, colocando informação, técnicos, carros e combustível a disposição. A TNC adquiriu imagens de alta definição de várias áreas.

Mapas, fotos e cronogramas foram colocados em anexo.

IV. Financiamento Adicional

Forneça detalhes de outros doadores que ajudaram a financiar este projeto e qualquer financiamento adicional que tenha sido obtido como resultado do apoio do CEPF ou do sucesso deste projeto.

Doador	Tipo de Financiamento*	Quantia	Comentários
MMA/Projeto Mata Atlântica	A	R\$ 185.000,00 até hoje	Apoio da ETC
Projeto CEPF Floresta Viva	B	US\$ 30.000,00	Estudos Baixo Sul
Projeto TNC/Preserva de apoio a RPPNs	B	desconhecido	Apoio a RPPNs relacionado à criação de UCs
Projeto GCF CI/Flora Novas UCs Bahia	C	US\$ 235.000,00 no total	

*** Financiamento adicional deve ser descrito usando as seguintes categorias:**

- A** Co-financiamento do projeto (Outros doadores que contribuíram para os custos diretos deste projeto financiado pelo CEPF).
- B** Financiamento complementar (Outros doadores que contribuíram para projetos de organizações parceiras relacionados a este projeto financiado pelo CEPF).
- C** Alavancagem de novos recursos pelo beneficiário ou pelos parceiros (Outros doadores que contribuíram ou contribuem para a sua organização ou uma organização parceira como resultado direto do sucesso deste projeto financiado pelo CEPF).
- D** Alavancagem Regional (Outros doadores que fizeram ou fazem investimentos substanciais em uma região como consequência do investimento do CEPF ou do sucesso relacionado a este projeto).

Forneça detalhes sobre a continuação deste projeto e descreva como financiamentos adicionais já obtidos ou em planejamento vão assegurar a sustentabilidade do projeto.

Em curto prazo, ver ponto 6.

Em meio e longo prazo, a CI/Brasil, junto com a Fundação SOS Mata Atlântica, e TNC/Brasil, iniciaram discussões para criar um Programa destinado à implantação e consolidação de UCs públicas estratégicas na Mata Atlântica.

Paralelamente, parcerias da Flora e outras ONGs envolvidas vão permitir discutir com o IBAMA, prioridades na aplicação dos recursos do recém criado Fundo Nacional de Compensação Ambiental, destinados a regularização fundiária, implantação e manejo de UCs e tem previsão de recursos de US\$ 340 milhões em 2008.

V. COMENTÁRIOS ADICIONAIS E RECOMENDAÇÕES

Ver ponto 5.

IV. COMPARTILHANDO INFORMAÇÕES

O CEPF tem como objetivo aumentar a disseminação de experiências, lições aprendidas e resultados entre as organizações beneficiárias, os doadores e outros interessados. Nós fazemos isso disponibilizando os relatórios finais dos projetos em nossa website (www.cepf.net) e divulgando-os em nossa newsletter e em outros meios de comunicação. Por favor, indique se você concorda em compartilhar este relatório final nas formas citadas acima.

Sim

Não

Se a resposta for afirmativa, por favor complete as informações a seguir:

Para mais informações sobre esse projeto por favor entre em contato com:

Nome: Jean-françois Timmers / Flora Brasil

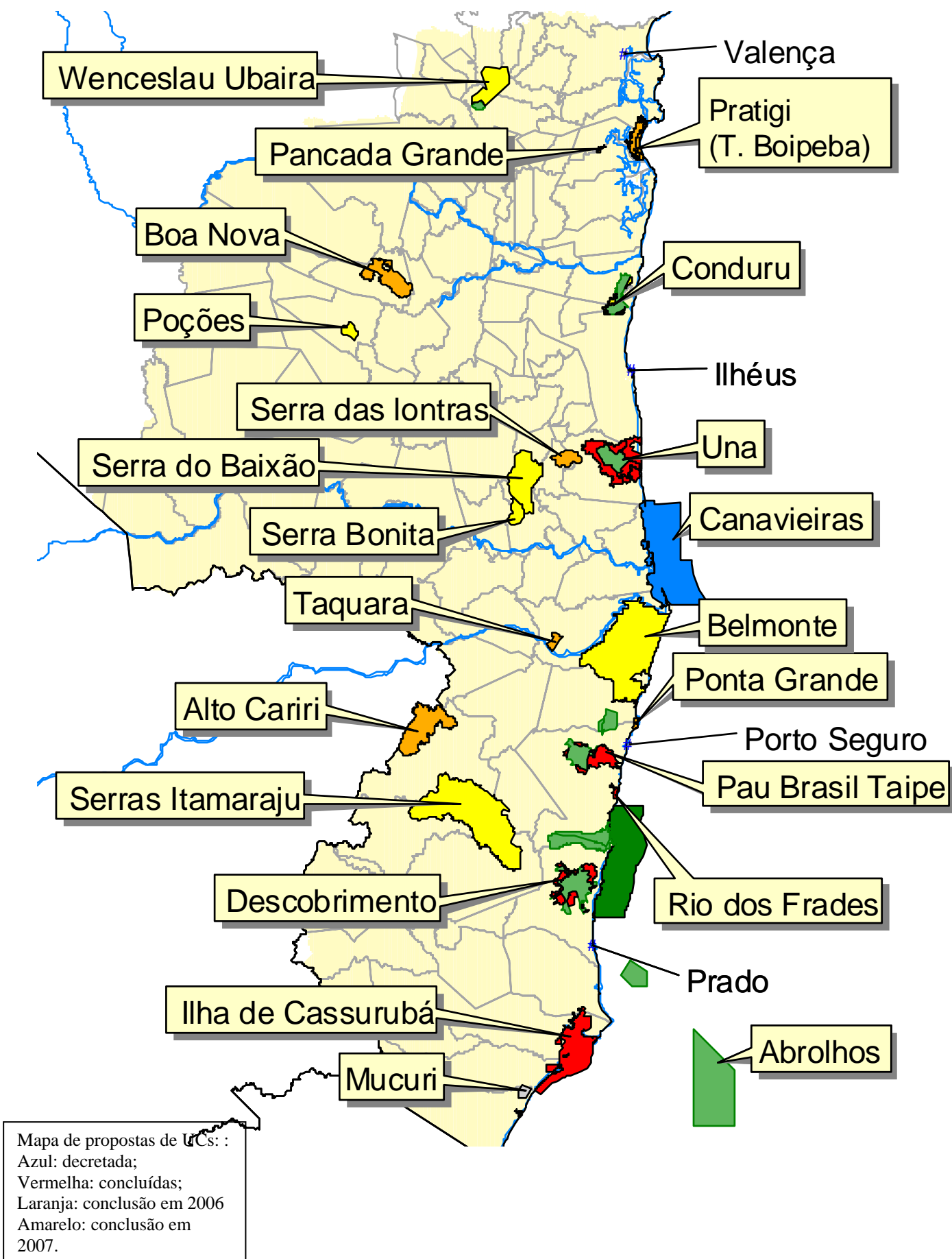
Endereço: rua Rio Grande do Sul 166, Centro, Itamarajú/BA. Cep.: 45.836-000

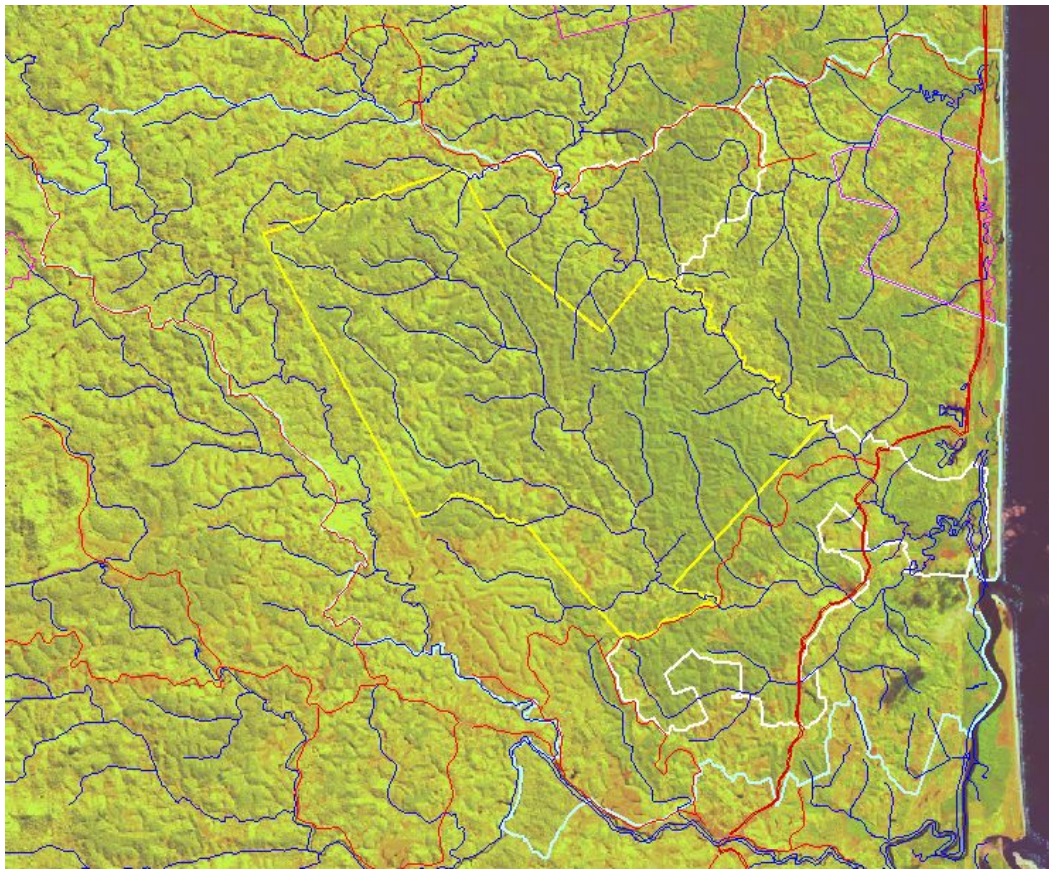
Telefone: (73) 3294-9311

Fax: (73) 3294-1741

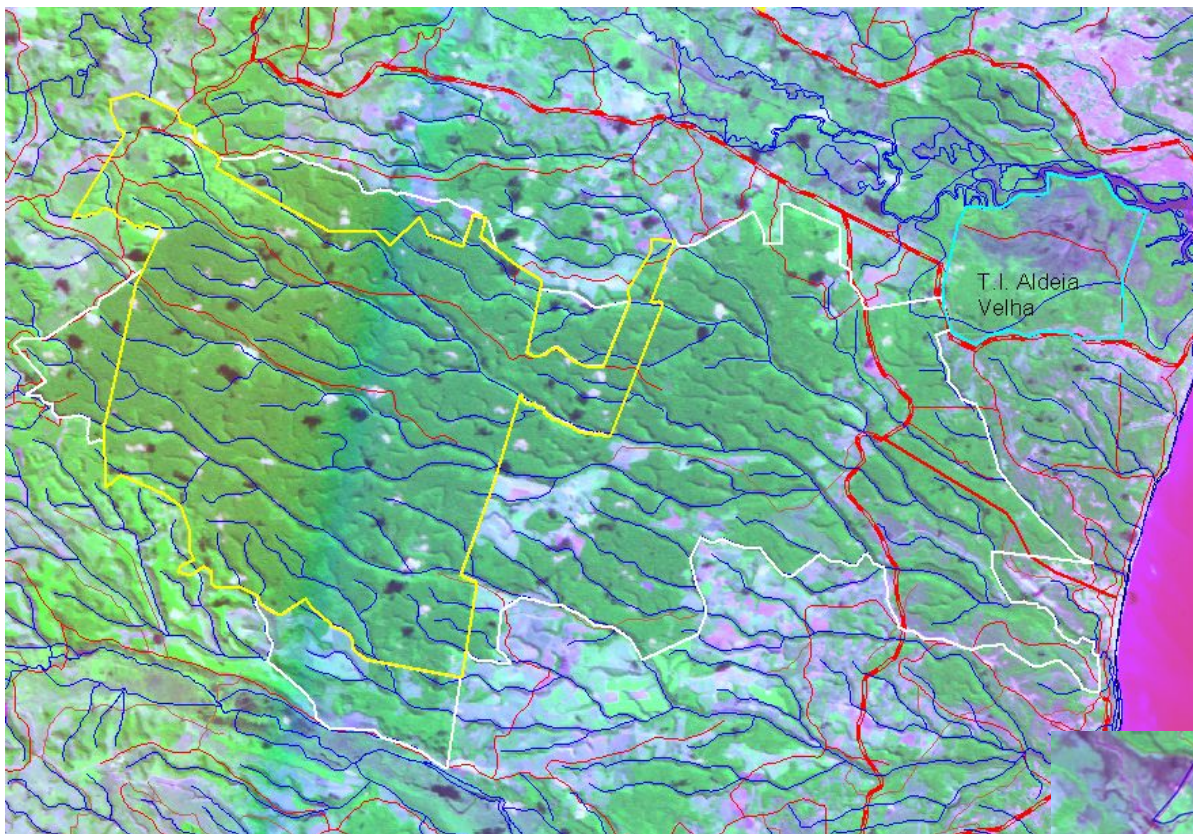
Correio eletrônico: jftimmers@hotmail.com

Anexo: Mapa das propostas de UC em est



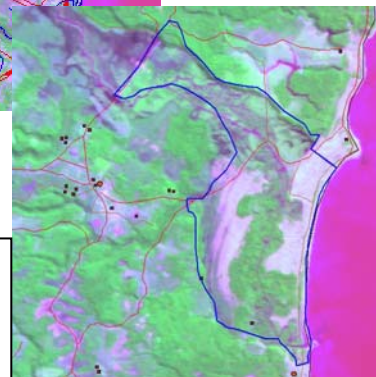


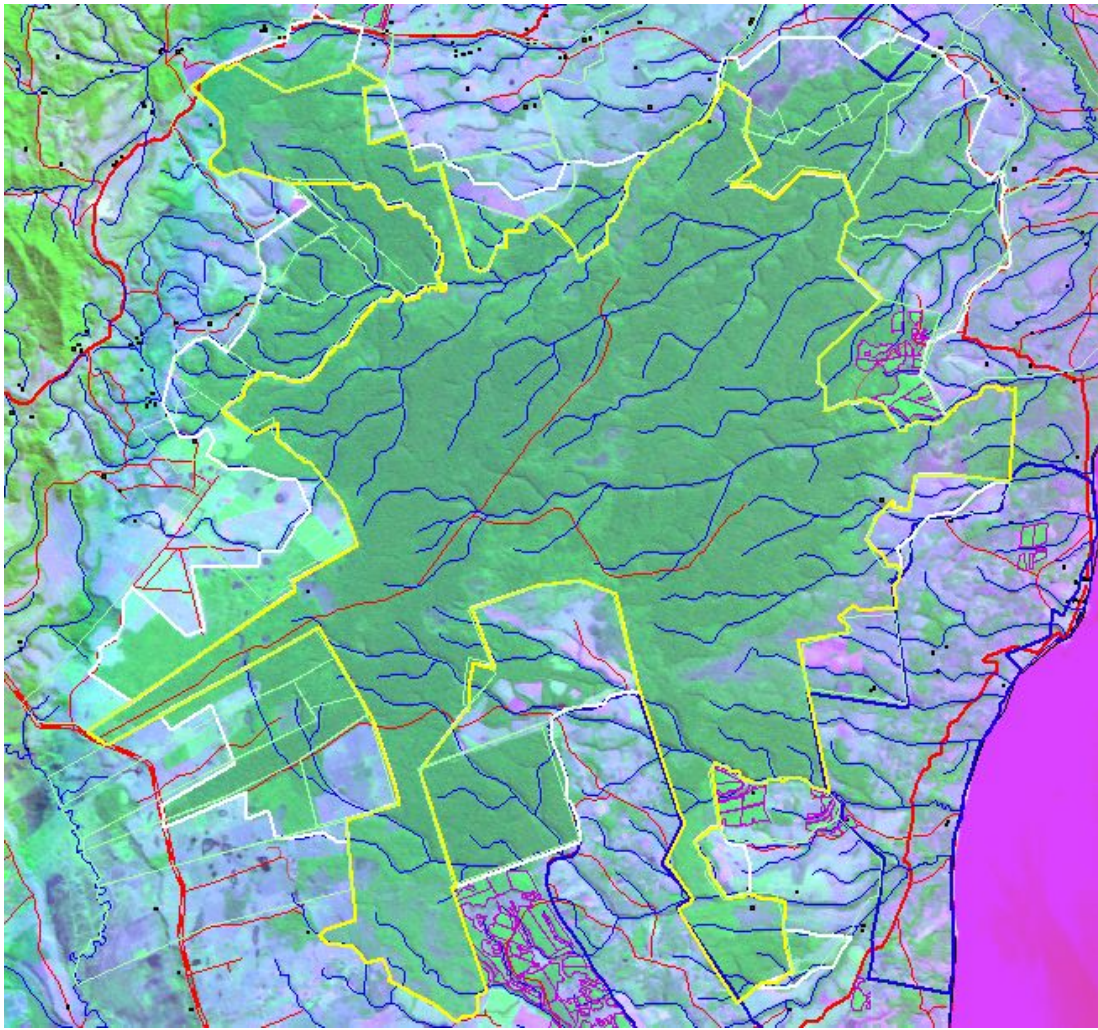
Amarelo: REBIO atual
 Branco: ampliação da REBIO
 Azul claro: Refúgio de Vida Silvestre



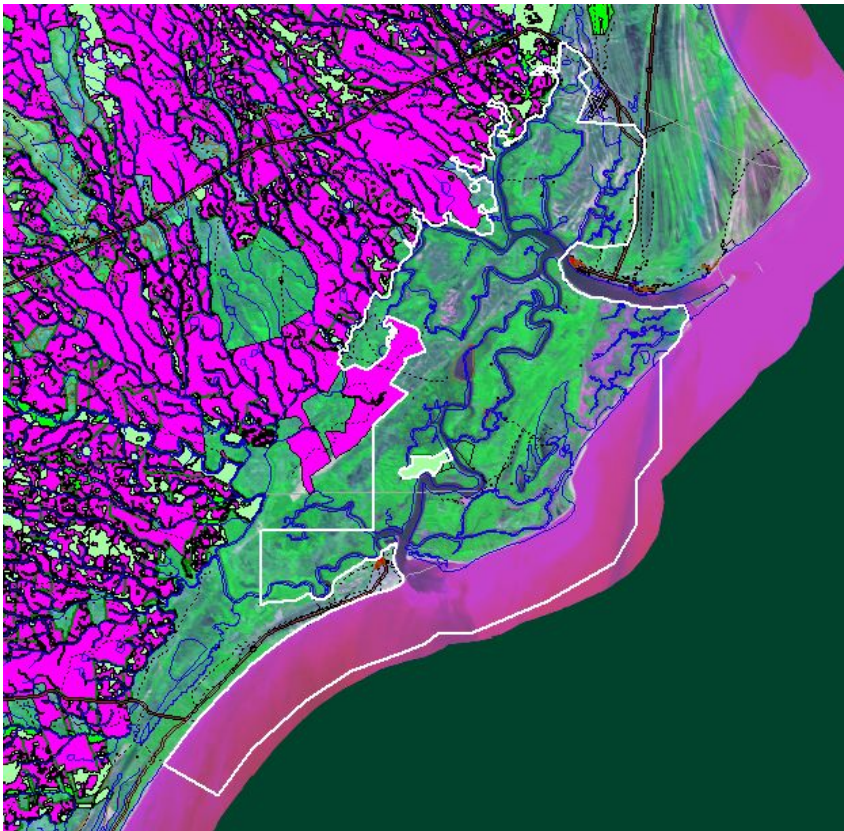
Ampliação do PARNA Pau Brasil
 Amarelo: Parna atual
 Branco: Ampliação
 Azul claro: Terra Indígena

Rio dos Frades: proposta de Refúgio de Vida Silvestre





PARNA
Descobrimto.
Amarelo: Parque atual
Branco: Ampliação



RESEX Cassurubá:
Proposta final.
Em roxo: plantios de eucalipto.



Consulta pública da RESEX Cassurubá – 22/01/2006